Câmara Municipal de Varginha

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 98/2022, DE AUTORIA DO VEREADOR LUCAS GABRIEL RIBEIRO, QUE "DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO OFICIAL, AUTORIZAÇÃO E LICENÇAS PARA CORTE DE ÁRVORES OU SUPRESSÃO DE ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE VARGINHA".

Emenda Modificativa 01/2022

Art. 1º Altera a ementa do projeto de lei nº 98/2022, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO OFICIAL, AUTORIZAÇÃO E LICENÇAS PARA CORTE DE ÁRVORES NO MUNICÍPIO DE VARGINHA".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Varginha, em 23 de novembro de 2022.

ALBERTO DIAS VALÉRIO Vereador Relator

De acordo:

CRISTÓVÃO VILAS BOAS Vereador REGINALDO TRISTÃO Vereador

Câmara Municipal de Varginha

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 98/2022, DE AUTORIA DO VEREADOR LUCAS GABRIEL RIBEIRO, QUE "DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO OFICIAL, AUTORIZAÇÃO E LICENÇAS PARA CORTE DE ÁRVORES NO MUNICÍPIO DE VARGINHA".

Emenda Modificativa 02/2022

Art. 1º Altera o artigo 2º, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2°- O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Varginha, em 23 de novembro de 2022.

ALBERTO DIAS VALÉRIO Vereador Relator

De acordo:

CRISTÓVÃO VILAS BOAS Vereador REGINALDO TRISTÃO Vereador



Câmara Municipal de Varginha

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL

PARECER SOBRE O PROJETO DE Nº 98/2022, DE AUTORIA DO VEREADOR LUCAS GABRIEL RIBEIRO, QUE "DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO OFICIAL, AUTORIZAÇÃO E LICENÇAS PARA CORTE DE ÁRVORES NO MUNICÍPIO DE VARGINHA – MG".

A medida proposta tem por objetivo garantir efetividade ao direito de acesso à informação e ao princípio de publicidade e transparência dos atos do Poder Público, nos termos do art. 5°, inciso XXXIII da Constituição Federal.

A publicidade em questão objetiva que o cidadão, ao se deparar com o corte de árvore, possa fazer o controle acerca da legalidade ou ilegalidade de tal ato. Ou seja, é uma medida que não visa tão somente assegurar o direito à informação, tem por escopo também algo de extrema relevância – a preservação do meio ambiente.

Estando o projeto revestido das formalidades legais e constitucionais, esta Comissão é de parecer favorável pela sua aprovação, juntamente com as emendas proposta.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Varginha, em 23 de novembro de 2022.

ALBERTO DIAS VALÉRIO Vereador Relator

De acordo:

REGINALDO TRISTÃO

Vereador

CRISTOVÃO VILAS BOAS Vereador